

Reminiscências nacionais da Grande Guerra: as edições literárias da “Renascença Portuguesa” (1916-1924)

Francisco Miguel Araújo

Universidade do Porto/ CITCEM/ FCT

Resumo: A “Renascença Portuguesa”, movimento cultural e cívico das primeiras décadas do século XX, foi pioneira em Portugal na edição literária de obras respeitantes à Grande Guerra de 1914-1918. Se algumas delas são plenamente conhecidas pelos nomes categorizados dos seus autores, ligados aos principais círculos intelectuais portugueses, outras continuam algo marginalizadas num universo de dezoito títulos, entre 1916 e 1924, de um inédito valor histórico e literário para a compreensão da participação portuguesa no conflito bélico. Sob um prisma de análise deste programa editorial particular, através da breve caracterização destes géneros literários e a contextualização histórica da sua produção e dos seus autores, potencializa-se um exame crítico global destas representações culturais, que colmata uma lacuna na preservação do registo memorialístico das vivências e mentalidades da época.

Palavras-chave: “Renascença Portuguesa”, Literatura, Portugal Contemporâneo, Grande Guerra

Abstract: The movement “Renascença Portuguesa” of the early 20th century, forged with cultural and civic ideals, was a pioneer in Portugal at the launch of a selection of *literature* relating to the Great War of 1914-1918. If some of these titles are fully known by the names of their authors, linked to the main national intellectual circles, others remain marginalized amongst a universe of eighteen publications. All of them, edited between 1916 and 1924, reveal an unprecedented historical and literary value to the comprehension of the Portuguese participation at the conflict. The analysis of its editorial program allows a critical reflection about these cultural representations, covering a brief characterization of these literary genres and historical context of its production and authors, which fills a gap in the process of preserving memorialistic writings and understanding mentalities of that era.

Keywords: “Renascença Portuguesa”, Literature, Contemporary Portugal, Great War

A Grande Guerra é um romance sem personagens. Números contra números. Nas estradas, nos campos – fantasmas, desenhando, modelando almas! Em cada número – um sonho imperecível. Dos corações – a luz que scintila nas máscaras fortes, daqueles olhos, em que há brilhos negros, como de cisternas em que houvessem apodrecido as lágrimas. Hora tremenda! Nas cidades, por toda a Europa, o murmúrio surdo da vida inquieta; consciências em que havia a trepidação das máquinas; ódio metódico; novas flores vibrantes à luz. Se a alma humana ia criar novas formas! A humanidade ia conhecer um novo espelho, dalguma sorte preciso à sua aventura, à sua miséria!

Visconde de Vila Moura – Pão Vermelho ¹

Um acontecimento tão marcante para a história da Humanidade – pontuado por um arsenal de armas com uma capacidade destrutiva sem precedentes que resultou em tão elevado extermínio de vidas – jamais poderia ter ficado olvidado da memória individual e coletiva de todo o mundo. A Grande Guerra de 1914-1918 inscreveu-se naturalmente como uma rutura de valores e princípios das sociedades contemporâneas do século XX, com todas as consequências políticas, económicas, sociais e artísticas que as décadas vindouras acabariam por consagrar, representando para muitos um marco de modernidade ao elevar as memórias e experiências vividas sobre as transmitidas, acentuando a “vivência individual, frágil, volátil e efémera” (Traverso 2012: 12).

O campo da Literatura terá sido um dos primeiros a validar essa necessidade de transfiguração dos cânones recorrentes das produções intelectuais e artísticas oitocentistas, explorando todo um novo cenário de incertezas, de pessimismo generalizado, de inquietação quanto ao futuro civilizacional. De certa forma, o universo de criação literária ao assumir essa mesma tendência de angústia e inquietude perante sociedades decadentes em muitos dos países no pós-guerra – atravessadas pela pobreza, a desilusão e o ceticismo – revestindo-se dessa dimensão social de denúncia e de apetência pelas experiências de vanguarda, matizou a importância dos registos memorialistas. Porém, sem cair no reduto dos protagonistas mediáticos para valorizar os testemunhos de todos

aqueles que se viram envolvidos nos acontecimentos bélicos, espelhado no volumoso ritmo de publicações do mercado editorial, um pouco por toda a Europa nas décadas de 1920-1930, sobre a temática da Grande Guerra.

O Portugal da 1.^a República acompanhou essa diretriz, não obstante todos os condicionalismos internos entre a participação nacional nas frentes de combate africana e europeia, com vários intelectuais, políticos e militares a gravar os seus nomes como autores de obras diversificadas relativas à conflagração mundial. Numa primeira fase como um exercício de reflexão filosófico-literário sobre a questão da intervenção armada ou da neutralidade a adotar pelo Estado, mais tarde no rescaldo do Armistício e do Tratado de Versalhes analisando e recobrando os argumentos e as vivências de um certo desaire, sobretudo perante as pretensões iniciais nos jogos político-diplomáticos, sem o mesmo ofuscar os sentimentos patrióticos e demoliberais que foram conduzindo à entrada portuguesa na Grande Guerra.

Das muitas edições literárias da época no nosso país, destacam-se as patrocinadas pela “Renascença Portuguesa”, num hiato temporal de oito anos e de dezoito títulos, que desde 1916 assumiria as responsabilidades de publicação desses volumes inscritos na sua própria coleção: a “Biblioteca da Renascença Portuguesa”.² Se é um facto que algumas foram merecendo apreciações críticas histórico-literárias enquanto casos isolados – como as de Jaime Cortesão, Gomes da Costa, Pina de Moraes ou Carlos Selvagem – subsiste uma lacuna quanto a este universo editorial muito mais vasto, muito mais fecundo sobre estas reminiscências da Grande Guerra desconhecidas do grande público.³

Justamente será esta a pretensão deste artigo de patentear o relevo dado pela “Renascença Portuguesa” às obras sobre a Grande Guerra, procurando elencar toda essa bibliografia publicada, o seu contexto de produção e publicação, as relações pessoais e profissionais dos seus autores com o próprio movimento cultural. Mais do que uma análise de carácter estritamente literário, de todo inexequível de se poder abranger convenientemente nestas páginas pelas suas muitas especificidades, importa-se antes delinear todo o seu enquadramento histórico, tanto no devir da Grande Guerra, como no

plano editorial da tipografia da “Renascença Portuguesa”, que potencializem um exame crítico global destas representações culturais e levantem outras indagações futuras.

I. A “Renascença Portuguesa” e a Grande Guerra

Profunda e conscientemente nacional, o movimento da “Renascença Portuguesa” teve a dupla expressão poética e filosófica; na literatura, na ciência e na política, outros movimentos, que surgiram depois, tiveram por fim solidarizar Portugal com os destinos da cultura europeia, e conseguiram de facto maior aceitação no público de mediana leitura; nenhum apresentou, porém, a característica da originalidade: o diálogo da poesia e da filosofia!

Álvaro Ribeiro – prefácio in *A Nova Poesia Portuguesa* ⁴

As origens do mais importante movimento cultural, educativo e cívico português das primeiras décadas do século XX – germe para a fundação como complementaridade ou reação de outros sobejamente conhecidos como “Orpheu”, “Pela Grei”, “Seara Nova” ou “Presença” – remontam ainda aos últimos tempos da Monarquia num espírito de renascimento e renovação de um país classificado como obsoleto e conservador em vários domínios.

Em 1907, um grupo de académicos formado por Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Cláudio Basto e Álvaro Pinto, lançavam no Porto a revista *Nova Silva* que se viria a revelar efémera pelo seu teor revolucionário, para alguns até de certa tendência anarquista, seguida no ano seguinte pela fundação da “Sociedade dos Amigos do A.B.C.”, destinada a promover a alfabetização pela regência de cursos gratuitos de instrução primária. Ora, ambas as iniciativas comungavam dos ideais republicanos e das correlativas reformas de modernização do país e da sociedade, apelando às aspirações de uma justiça social que garantissem uma plena liberdade e igualdade na construção de uma cidadania mais interventiva e responsável a bem do progresso nacional.

O mesmo núcleo estaria na génese da publicação da revista *A Águia* em dezembro de 1910, já triunfante a proclamação da 1.^a República, que reuniu nomes consagrados das Letras e das Artes com outros emergentes, com o propósito de elevar a renovação estética e

ideológica da Cultura portuguesa, na qual se cruzariam diversas tendências intelectuais e se inauguraram novas propostas filosóficas e literárias. De forma a consolidar esta missão e da qual o periódico se tornou o órgão oficial, após vários encontros preparatórios no ano precedente, em 1912 com a ratificação de Estatutos institucionalizou-se o grupo da “Renascença Portuguesa”.⁵ Sob a direção inicial de Teixeira de Pascoaes, e na qual colaboraram nomes de monta como os referidos sócios fundadores ou Fernando Pessoa, Raul Brandão, Mário de Sá Carneiro, António Sérgio e Carolina Michaelis de Vasconcelos, entre outros, fortaleceu-se o desejo de modernizar a Cultura e a Educação Portuguesa com uma conotação essencialmente nacionalista.

Este princípio nuclear pode ser considerado como a pedra basilar do movimento portuense, com claras repercussões nacionais e até internacionais, quer com a permuta da sua produção intelectual, quer com as inter-relações dos seus sócios com os círculos culturais além-fronteiras. A conceção generalizada dos “renascentes”⁶ de que era preciso mudar a mentalidade do povo português com vista à consolidação do novo regime político, o que num país de uma maioria de analfabetos teria de passar necessariamente pela sua ilustração, determinou desde logo a afirmação de um ideal de “liberdade pessoal”, isto é, a elevação e a afirmação do cidadão deveria principiar e progredir por ele próprio e não ser meramente imposta pelo governo ou pela escola pública. Curiosamente, um mesmo prisma que permite elucidar a convergência de correntes de pensamento e feições estéticas contrárias dentro do próprio movimento, ainda que sobrepondo-se até certo ponto o saudosismo de Teixeira de Pascoaes, responsável pelas primeiras dissoluções dos membros, acentuado depois pela direção de Leonardo Coimbra.

Neste espírito radicam as principais realizações da “Renascença Portuguesa”: conferências, cursos livres, espetáculos musicais, exposições artísticas, os exemplos das “Universidades Populares”, o quinzenário *Vida Portuguesa* (1912-1915) e a instalação e associação à funesta 1.^a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931), na qual se recrutaram muitos dos elementos para o seu corpo docente e os futuros membros para as duas últimas séries de *A Águia* (1922-1932).⁷ Outro exemplo de sucesso foi a criação da sua própria tipografia/editora com espaço privilegiado para a sua coleção – a “Biblioteca da

Renascença Portuguesa” – publicando a preços módicos obras de extrema qualidade de poetas, pensadores, historiadores, economistas, sociólogos e pedagogos, livros escolares, opúsculos propagandistas, etc.⁸

O eclodir da Grande Guerra na Europa, em finais do verão de 1914, representou um novo momento de cisão política e de instabilidade governativa em Portugal, perante o ataque alemão às colónias africanas de Angola e Moçambique, com a ingerência inglesa para que a 1.^a República não tomasse uma posição oficial quanto à entrada no conflito. O certo é que ao Partido Democrático de Afonso Costa, que defendeu sempre a participação portuguesa, encontravam-se filiados alguns dos mais importantes “renascentes”, que na sua apologia dos valores democratas consideravam imprudente uma neutralidade face ao paradigma imperialista do II Reich. A cidade do Porto liderada por uma vereação de democráticos desde as eleições municipais de 1913, inclusive sendo Jaime Cortesão um dos vereadores, tomava idêntica posição em nome do nacionalismo e patriotismo que a contenda europeia representava para o futuro interno e global.⁹

Logo, a direção da “Renascença Portuguesa” sempre se mostrou reticente quanto à pseudoneutralidade que norteou a política externa nacional até à declaração de guerra pela Alemanha, a 9 de março de 1916, instigando pelo alargamento da frente de combate dos territórios africanos ao cenário europeu. Até essa data muitos dos seus sócios assinaram artigos na imprensa diária e proferiram conferências com esse objetivo, exaltando a valentia e heroísmo dos Aliados contra a despótica Alemanha, tendo-se criado, em dezembro de 1914, a “Sociedade Portuguesa de Instrução Militar”.¹⁰

Finalmente, com a entrada formal de Portugal na guerra e a organização e preparação do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.), esta agremiação cultural colocou-se ao serviço do programa do governo da “União Sagrada”. Em primeiro lugar com um número especial d’ *A Águia: Portugal e a Guerra* (n.º 52-54, Abril-Junho de 1916), no qual encontram-se artigos de fundo de Teixeira de Pascoaes, Teófilo Braga, Raul Proença, Leonardo Coimbra, Augusto de Castro, Aurélio da Costa Ferreira, entre outros. E pela tiragem de *Nas Trincheiras* do capitão Mouzinho de Albuquerque e do tenente Augusto Casimiro, pequeno folheto com

informações relevantes sobre a inovadora tática da “guerra das trincheiras” nos campos da Flandres.

A par de uma aposta na atividade editorial da “Biblioteca da Renascença Portuguesa” sobre o mesmo mote durante a contenda mundial e nos anos imediatos ao seu epílogo, espelhando as muitas inflexões políticas e militares em todo o processo – o “golpe das espadas” do general Pimenta de Castro (1915) e o período do Sidonismo (1917-1918) – e uma certa letargia do povo português face aos sacrifícios exigidos e ao destino dos milhares de soldados europeus e africanos, estes que se viram algo desamparados no seu regresso. Os livros publicados por esta chancela vão acompanhando estas diferentes fases que, num plano geral, se podem classificar em três grandes momentos: a entrada na Grande Guerra, o Sidonismo e a Batalha de La Lys e os testemunhos memorialísticos dos antigos combatentes e dos defensores da causa aliada.¹¹

Quanto ao movimento cultural acabaria por se eclipsar nos primeiros anos da década de 1930, o último número d’*A Águia* sairia em maio-julho de 1932 e no ano seguinte os últimos volumes da sua tipografia, muito pela extinção da 1.^a Faculdade de Letras e a dispersão da sua comunidade académica que assegurara, nessa fase derradeira, a realização de muitas iniciativas e trabalhos “renascentes”.¹² Não totalmente indiferente foi a morte do próprio Leonardo Coimbra em 1936, principal mentor sobrevivente da original “Renascença Portuguesa”, deixando um vazio institucional e espiritual que se veio a revelar difícil de colmatar...¹³

II. As edições literárias da “Renascença Portuguesa”: breve exposição

Quando o horror da guerra chegue mais vivo aos teus olhos e, na amargura da Vida insultada, negada, sacrificada, – um sentimento bom se erguer em ti diante da terra ferida, das ruínas monstruosa, dos cemitérios cheios, das trincheiras sangrentas, interrogando: “Para quê?” –, cala o teu egoísmo e vai da tua piedade inerte à piedade resoluta e activa que, em nome da Vida afrontada e da terra sangrenta, lutando, e morrendo, – há de vingar a terra e a Vida, destruir, no mundo a violência e enxugar para sempre as lágrimas de Deus...

Capitão Augusto Casimiro, *Nas trincheiras da Flandres* (1917) ¹⁴

No período que mediou a integração do país junto das forças aliadas e a chegada a França dos primeiros contingentes do C.E.P. entre 1916-1917, a “Renascença Portuguesa” terá sentido como incumbência cívica procurar explicitar à sociedade portuguesa as razões e os futuros dividendos desta participação militar, informando-a sobre o confronto político-ideológico entre os beligerantes e a problemática da diplomacia e da situação internacional. Não será de admirar, portanto, o lançamento de *Pela Pátria – Cartilha do Povo - 1.º encontro Portugal e a Guerra*, atribuído a Jaime Cortesão, em junho de 1916, um opúsculo encomendado pelo Ministério da Guerra de 100 mil exemplares.¹⁵

Nele encontra-se numa linguagem coloquial, idealizado no modelo de cartilha para ser lido perante grupos de pessoas iletradas, um diálogo entre três personagens – João Portugal, José Povinho e Manuel Soldado – metáforas da Pátria, do Povo e do Combatente, respetivamente. Sobretudo o primeiro condensa a maior parte das interpelações, num discurso de exaltação da defesa nacional com recurso aos ideais de patriotismo, historicismo e lealdade na justificação da partida para a guerra, secundado pela figura do soldado que parte esperançoso e convicto da causa. Argumentos como a heroicidade dos portugueses ao longo da História, a exigência dos compromissos diplomáticos com a Grã-Bretanha, a condenável invasão da Bélgica ou o perigo da Alemanha como inimiga da Liberdade e a sua cobiça pelas colónias africanas, acabam por vencer a ignorância e convencer as resistências do analfabeto José Povinho, passando a entusiasta da luta e a seu arauto entre amigos e camaradas.

Bem mais erudito assume-se, também em agosto desse ano, o extenso ensaio de José de Macedo *O conflito Internacional sob o ponto de vista português (estudo político e económico)*.¹⁶ Organizado em cinco capítulos principais num total de 36 subcapítulos – “O conflito das nações”, “A política económica em Portugal e a sua orientação”, “O problema colonial e as influencias internacionais”, “As despesas militares na paz e na guerra e as circunstancias financeiras de Portugal ” e “Portugal e as suas relações internacionais” – aborda todo um estudo político-diplomático, económico e militar favorável à intervenção armada nacional. Isso mesmo alvitram as designações dos próprios subcapítulos pelas considerações pragmáticas que a Grande Guerra transportava, desde o subsequente mapa

político-geográfico da Europa e de África, as relações comerciais mundiais ou as premissas económico-financeiras e diplomáticas, e na qual era imprescindível que o país tivesse um papel ativo para recobrar o prestígio internacional nas futuras conversações de paz.

Passado cerca de um ano, em junho de 1917, uma terceira publicação “renascente” as *Cartas da Guerra (com o Exército Inglês)* de Adelino Mendes, uma compilação das crónicas jornalísticas que este redator publicara nas páginas d’ *A Capital* entre fevereiro e abril do mesmo.¹⁷ A sua estrutura percorre o próprio périplo do autor no acompanhamento do C.E.P. para a frente europeia numa primeira parte de janeiro a março, numa segunda até abril com a chegada das unidades militares à Flandres e a sua integração junto das tropas britânicas num total de 52 entradas. Nestes vamos sendo confrontados com as impressões das cidades francesas visitadas, os episódios de guerra e o convívio e estado moral dos soldados portugueses e aliados ou da organização militar na frente inglesa. Menos aprazíveis serão os relatos que elucidam sobre um desconhecimento generalizado de Portugal pelos estrangeiros e as dificuldades económicas que os expedicionários portugueses começavam já a sentir para uma subsistência condigna.

Ora, não se pode ignorar os efeitos que a “República Nova” de Sidónio Pais, de dezembro de 1917 ao de 1918, viriam a ter sobre este último aspeto, capitalizando o cansaço e a relutância da opinião pública quanto ao arrastar da Grande Guerra e a intervenção portuguesa. A orientação político-militar sidonista de embargo ao esforço de guerra – menos contingentes de soldados, redução no envio de mantimentos e armamentos para o C.E.P., restrições às políticas de licenças militares no país, etc. – foram amplamente criticadas pelos representantes democráticos e evolucionistas, nos quais alinhavam vários “renascentes”. Estas vozes críticas seriam perseguidas e condenadas a prisão pelas críticas publicadas no fórum público, especialmente depois do revés da Batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918, em que as forças portuguesas perante a elevada mortandade acabariam desprezadas pela pátria e assimiladas nos esquadrões britânicos.

O novo intuito editorial da “Renascença Portuguesa” para esse último ano da luta mundial representou uma chamada de atenção para os perigos desta mudança nacional e a prostração que imperava entre as tropas portuguesas, colocando-se ao lado dos soldados

desprezados e partilhando as suas frustrações, além de anunciar as consequências futuras que tal retrocesso significaria nas negociações da paz internacional. A 4 de maio de 1918, acabou de se imprimir *Nas Trincheiras da Flandres (1917)* do já capitão Augusto Casimiro, conjunto de pequenos textos escritos durante a sua passagem pelo C.E.P. e que evidenciam essas vivências, a pavorosa e violenta luta das trincheiras, o espectro do medo pela proximidade quotidiana da morte.¹⁸

No total de 28 crónicas o livro secunda a importância de se honrar o compromisso militar com os Aliados e de minorar as condições de vida das unidades militares nacionais. Intercruzado com as suas notas pessoais, cartas a familiares e amigos, resgate de escritos de soldados tombados pelos gases tóxicos e as armas, dedica “Noite de Chuva” à sua ordenança António Possinha, “Meu irmão subalterno” ao alferes miliciano Hernâni Cidade e “Uma hora grande” ao cabo Manoel de Almeida. Qualquer um deles exemplos da valentia e heroísmo português, todos agraciados com a Cruz de Guerra ainda na Flandres, que se evidenciaram pelo seu cuidado em elevar a moral dos restantes camaradas e em colocar a sua vida em perigo para recuperar os corpos dos perecidos em “terra de ninguém”.

Em menos de uma semana era editado *Vida Americana* de Alberto Amado, relato da vida e impressões do autor recém-chegado dos Estados Unidos da América, confrontando em treze capítulos as diferenças civilizacionais em domínios como a sua história, sociedade, educação, economia, cultura, desporto, economia, religião, comunidades estrangeiras e até o feminismo emergente.¹⁹ Do conjunto o relevo sobre o belicismo cinge-se ao penúltimo “A America e a guerra”, recordando a posição de neutralidade até abril de 1917 com o apoio discreto à causa aliada, assegurando a capacidade norte-americana para a guerra moderna. Daqui se depreendendo o seu peso vital na garantia de uma vitória dos Aliados, pelo desequilíbrio provocado entre as duas tríplices em confronto, motivo suficiente para Portugal não se furtar às suas responsabilidades militares e diplomáticas com vista a figurar entre os vencedores.

Já no final de 1918 com as tréguas acordadas foi dado à estampa o ensaio económico-militar *O Flagello dos Mares (cartas)* de Basílio Teles, em quatro partes principais com 32 rubricas – “Inventos contra os submarinos”, “Resultados do bloqueio”, “Problemas a

resolver” e “Notas finais” – ilustrado com documentos, estatísticas e quadros sobre a inovadora guerra submarina, uma das características da Grande Guerra.²⁰ O desfazamento entre a entrega do original em abril e a sua composição gráfica derivou na desatualização dos seus conteúdos, cujo objetivo máximo era resolver uma série de questões técnicas e militares sobre o bloqueio à livre circulação nos mares, mormente a proteção da marinha mercante aliada no Atlântico. A hipótese colocada pelo reputado pensador era a de uma conjuntura da guerra marítima favorável aos alemães, cujas consequências económicas seriam devastadoras para toda a navegação e comércio português nas suas relações com as colónias africanas e o Brasil.

A rendição da Alemanha pelo Armistício de novembro de 1918 e o fim de quatro anos de uma guerra mundial mereceram em Portugal uma celebração que rapidamente perdeu todo o seu entusiasmo – com a queda do Sidonismo, a insurreição monárquica, o regresso à “República Velha” e os surtos de Tifo e de Gripe em 1919 – protelando o pronto regresso dos soldados do C.E.P. esgotados, feridos e doentes. O seu acolhimento em receções públicas de ocasião e as contrariedades na sua adaptação à vida civil, certamente, defraudaram as expectativas alimentadas de reconhecimento e exaltação patriótica. Em concordância com este primeiro ano de paz, a “Renascença Portuguesa” conheceu o período mais prolífico das edições relativas ao conflito sanado, quiçá, pelo imperativo de relembrar as experiências dos antigos combatentes e os seus sacrifícios humanos junto da memória coletiva nacional.

O tenente-coronel Alexandre Malheiro será o primeiro a chegar aos escaparates da livraria “renascente” com *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg (notas dum prisioneiro)* em abril, talvez como evento comemorativo do primeiro aniversário de La Lys, no qual foi capturado e enviado para um campo de prisioneiros de guerra em Breesen.²¹ No prefácio indica que o volume é uma compilação das notas escritas enquanto recluso dos alemães durante oito meses, ou seja até à libertação e regresso em dezembro de 1918, registando as suas memórias desse período em cadernos controlados e censurados pelas autoridades do campo. Na sua estrutura deparamo-nos com uma primeira parte de dez capítulos que contempla a presença do C.E.P. na linha de trincheiras, o ataque de La Lys e a viagem para território alemão; uma segunda as sucessivas jornadas e passagens por campos de

prisioneiros alemães até ao regresso a Portugal em oito capítulos, encerrado com os apêndices “Notas subsidiárias” e “Documentos” de grande interesse histórico.

Ao Parapeito do tenente Pina de Moraes, de 13 de junho de 1919, será, porventura, uma das obras mais conhecidas de toda a coleção da “Biblioteca da Renascença Portuguesa”, em homenagem aos esquecidos camaradas de armas em terras africanas.²² Deste oficial militar mobilizado para o C.E.P. surge uma obra que funde as crónicas quotidianas com algumas composições narrativas da vida dos militares entre as linhas de combate e as de descanso na retaguarda. Algumas das dezasseis epígrafes datadas de novembro de 1917 a maio de 1918 – como “A Carta”, “Batalha de La Lys”, “O Metralhador” e “S.O.S.” – sugerem pelas designações escolhidas as muitas provações físicas e psicológicas pelas quais os elementos portugueses tiveram de lidar, sobretudo naquela que foi a primeira experiência fora do país para muitos deles.

Amplamente divulgada foram também as *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)* do médico-miliciano Jaime Cortesão, anunciada após somente cinco dias face à obra supracitada.²³ São vinte e duas as crónicas entre março de 1916 e janeiro de 1919, às quais se incluem um “Prefácio” e “Post-scriptum” de teor bastante intimista, de relatos vivos e crus das experiências de guerra do C.E.P. dos quais se podem citar, entre outros: “O Palácio na lama”, “Baptismo de fogo”, “A terra fantasma”, “Gritos na noite” ou “Os que endoidecem”. A grande originalidade da sua primeira edição de um milhar de exemplares é a inclusão de várias fotos tiradas na Flandres das ordenanças do batalhão 23, da responsabilidade do tenente-médico Moura Neves, e de alguns retratos do próprio e dos companheiros de armas mais íntimos.

Peculiar será a escolha de uma peça de teatro neste universo editorial, uma vez mais de Alexandre Malheiro, nesse verão de 1919, a comédia em três atos *O Amor na Base do C.E.P.*, peça expressamente escrita pelo tenente-coronel para ser representada pelos oficiais portugueses presos no campo de guerra de Breesen em Mecklenburg.²⁴ De acordo com as notas preambulares o mesmo foi levado a cena a 27 de outubro de 1918, decorrendo a ação fantasiada nas praias francesas de Tréport e Paris-Plage pelo verão do ano anterior. Pelo palco cruzam-se quinze personagens de nacionalidade francesa e portuguesa, todas

desempenhadas por homens, inclusive nos papéis femininos, oscilando entre os momentos de humor perante as diferenças comportamentais dos dois povos e os encontros e desencontros dos romances fugazes.

O coronel-médico Eduardo Pimenta é autor de outras crónicas biográficas no seu testemunho da passagem pela Flandres, concluída a impressão em agosto desse ano, com o exemplar de *A Ferro e Fogo na Grande Guerra (1917-1918)*.²⁵ Os oito capítulos datados de 1917 ao retorno a Portugal em julho de 1918 – “O enterro”, “No hospital da Snr.^a Duqueza de Westminster”, “As bandeiras”, “Em Saint Omer”, “A morte da cathedral”, “O ultimo jantar”, “O soldado-poeta” e “Regresso ao Lar” – abordam diferentes memórias como os relacionamentos entre as forças militares nacionais e britânicas, a imaculável organização dos serviços de saúde destes últimos, os casos de disciplina militar e os combates e *raids* noturnos alemães. Salientando o desânimo dos feridos, dos mutilados e dos gaseados na morosidade dos trâmites legais para a sua dispensa e a quebra do estado de espírito das forças portuguesas.

A encerrar esse ano de 1919 de Carlos Selvagem, pseudónimo de Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos, as edições da “Renascença Portuguesa” colocaram à venda *Tropa d’Africa*, o único que foca a experiência da Grande Guerra nas colónias africanas.²⁶ Alternando entre narrativas romanceadas e os escritos biográficos, ao longo de vinte e sete entradas, idealizado quase como uma espécie de diário de bordo entre a partida de Lisboa, a estadia e expedições por Moçambique e o regresso simbolicamente findado ao dobrar o cabo da Boa Esperança. Paradoxais serão as suas comparações entre os planos da guerra europeia e africana, em que transparece um claro predomínio da primeira, na impressão do esquecimento governativo e popular de defesa das colónias, onde aliás foram ocorrendo incidentes militares com os alemães durante os quatro anos da primeira guerra mundial, magistralmente tratado em “As Madrinhas de Guerra ou os felizes do C.E.P.”.

Calvários da Flandres (1918) do capitão Augusto Casimiro, impresso a 20 de fevereiro de 1920, é a segunda obra sobre o tema do conflito mundial do autor no catálogo em análise.²⁷ Não obstante oferecido à memória do expedicionário africano Viriato de Lacerda, os seus dezasseis artigos em forma de crónicas autobiográficas abrangem, uma vez

mais, o cumprimento do serviço militar junto do C.E.P. de julho a novembro de 1918. De certo modo, dando assim uma continuidade temática e temporal ao volume precedente, considerando que este pela sua data de publicação se remeterá para os meses de 1917, num escrutínio bem mais assertivo da desumanidade da guerra como a escolha do título sugere. O retrato das tenebrosas trincheiras e do seu terrível dia-a-dia entre a lama, ratos e dejetos humanos ficam expressos em “Searas da Morte”, “Aviões ao luar” ou “Oração Lusíada”, entre outros; a par dos grandes acontecimentos históricos em “9 de Abril”, “Da Aleluia e da Paz”, “Depois do armistício” e “Da Vitória”.

O histórico comandante-chefe general Gomes da Costa foi convidado para se juntar a estes nomes e legar o seu contributo quanto à sua liderança e comando no C.E.P. em *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys, 9 de Abril de 1918*, um dos livros mais famosos e citados desta coleção.²⁸ Um ensaio histórico-militar dos portugueses na frente de guerra europeia, complementado com quadros e estatísticas do Exército Português, executa um rigoroso enquadramento histórico da conflagração mundial, ao longo de dezasseis capítulos desde as declarações de guerra em 1914 à trágica batalha de La Lys, não hesitando em apontar algumas das causas do insucesso militar português. Aliás, este episódio que merece a maior das suas reflexões suscitou grande celeuma entre políticos e militares, nomeadamente, pelas suas acusações aludidas às ordens do Quartel-General do C.E.P. e diretrizes do regime sidonista na morosa permuta dos batalhões nas trincheiras, deixando os soldados numa posição de grande fragilidade física e psíquica que os alemães souberam lograr aquando desse ataque.

Outro nome recuperado é o do tenente Pina de Moraes lançando, a 21 de janeiro de 1921, *O Soldado-Saudade na Guerra-Grande*, série de vinte e dois contos e episódios inspirados no quotidiano da frente ocidental.²⁹ Além da primeira entrada que outorga o nome do opúsculo, o mais significativo será “Musa das Trincheiras”, uma coletânea de nove poemas e cartas que indica ter recolhido junto de soldados e oficiais, outros transcritos da oralidade ou lembrados dos que circulavam entre os soldados portugueses: “Fado do Soldado”, “A Nevada”, “A Bala”, “Fado do “Corned Beef”, “Balada da Neve na Trincheira”, etc. Igualmente no epílogo com “Ultimas paginas d’um diario” identificando-o como sendo de

outro oficial, cujas restantes páginas não puderam ser publicadas, embora possa levantar-se a questão se tal será verídico ou mera liberdade criativa do próprio escritor?

Nesta índole literária de narrativas memorialísticas inscreve-se *Por via da Guerra (contos)*, em maio de 1923, terceiro livre nas edições “renascentes” do tenente-coronel Alexandre Malheiro.³⁰ Cada um dos seis contos é dedicado às pessoas das suas relações – “Alexandra”, “O Dever”, “Alvorada Sinistra”, “Suzana”, “O Cabo Mário” e “Viagem de Núpcias” – como João Grave, Pina de Moraes e Hernâni Cidade, entre outros. Discorrendo através da sua escrita um exercício de catarse de dois anos entre os palcos de combate e os campos de prisioneiros alemães, vai recordando o comando do seu batalhão, os infortúnios dos seus homens, a complicada ingerência entre o cumprimento das ordens superiores e as carências constantes de todo o género nas trincheiras. Os quais se entrecruzam com os poucos momentos de descanso e de lazer, aquando do direito à licença de campanha na visita às cidades próximas e no relacionamento com as tropas aliadas e a população francesa.

Integralmente ficcionado será a novela mensal para janeiro de 1924, editada porém em finais do ano precedente e a inicial de uma série de dez desse período, de Bento de Carvalho Lobo, conhecido por visconde de Vila Moura, *Pão Vermelho – sombras da Grande Guerra*.³¹ Enquanto vai dissertando frequentemente sobre as causas e as consequências da guerra mundial, sendo bastante crítico quanto ao saldo humano e civilizacional daí resultante, descreve a história de vida de um seu pretenso compadre apelidado do “Avantesma”, o 144 do Batalhão de Infantaria n.º 13 de Vila Real. O enredo centra-se em dois momentos distintos no espaço e no tempo que acompanham o protagonista: da mobilização no C.E.P. e a partida para as trincheiras com todo um cenário atroz, violento e mortífero no qual o “Colosso do 13” acaba ferido em combate, ao seu regresso a casa em discreta glória para um vazio existencial atormentado pelas memórias traumáticas nessa metáfora do título, o pão amassado com o sangue dos mortos e o suor dos expedicionários que iria alimentar o país.

Estas edições literárias específicas da “Biblioteca da Renascença Portuguesa” encerram com Alfredo Barata da Rocha em 1924, subscrito como soldado da Guerra

Grande, com *Névoa da Flandres (versos)*.³² Remate singular com uma obra lírica de 38 poemas sob as vivências de um alferes na frente ocidental, datados entre a partida de 1917 e o serviço em campanha até ao ano seguinte, com a exceção do último “Fala a mãe desconhecida do herói desconhecido” de 1921. No prefácio agradece aos companheiros de armas que o instigaram a reunir os seus versos que publicara em diversos periódicos da época, muitos deles a quem os passa a dedicar: Pina de Moraes, Eugénio Aresta, Hernâni Cidade, Augusto Casimiro, André Brun, Carlos de Alpoim, etc. E as denominações das composições poéticas traduzem perfeitamente o sentimento de saudade português e o atentado à dignidade e respeito da Humanidade: em 1914-1918 “Portugal ao longe”, “Primeiro morto”, “Entre ruínas”, “Balada da mãe distante”, “O drama dum minuto”, “Angústia”, “Portugal, creio em ti!”, “Dois túmulos”, “Trilogia de Guerra”, “Nossa Senhora da “Trincha””, “Manchas de Sangue”, etc.

III. O perfil sócio literário dos escritores em confronto

O dever acaba na morte. Deve-se morrer bem. A nossa vida nunca é nossa. Reparámos na Flandres de drenos profundos e lodosos, na Flandres das batalhas. É aqui que vivemos há perto dum ano! Os meus soldados já perderam dos olhos a cor que traziam! E da campina infinita veem só ondas de metralha, o rolar monstruoso dos aços que se pulverizam, o estrondear das guelhas brancas do canhão! E como novidade, ouve-se bem o ranger das metralhadoras. É mais um comparsa. O incendio põe bandas avermelhadas no horizonte. Há soldados que passam, que andam, que ficam onde o destino quer.”

Tenente Pina de Moraes, *Ao Parapeito* ³³

Conquanto sejam dezoito as edições literárias aqui apresentadas e descritas nesta amostragem da “Renascença Portuguesa”, perante a réplica de quatro autores com diferentes obras publicadas nestes fragmentos – Jaime Cortesão, Augusto Casimiro e Pina de Moraes com dois títulos e Alexandre Malheiro com três – o seu número condensa-se em treze no total das personalidades convidadas e/ou seleccionadas para na editora darem à estampa os seus manuscritos.

De igual modo, seria lícito pensar que, quer pela especificidade temática da Grande Guerra, quer pelas várias referências às patentes militares junto dos seus nomes, se poderia ter privilegiado o segmento de oficiais do Exército Português ou de antigos combatentes na conflagração mundial. Todavia, encontramos ainda entre eles filósofos, professores, médicos, escritores e jornalistas, o que preceitua definir o seu perfil social e literário e as relações pessoais e institucionais firmadas previamente, que não tornam a sua escolha totalmente inocente...

Nas fileiras do C.E.P. na sua estadia de dois anos na Flandres cruzaram-se muitos deles, a maioria oficiais militares e milicianos que pela sua categoria na estrutura das forças armadas tiveram uma convivência regular e fortalecida pela própria experiência de vida num cenário de extremos, como será o de qualquer combate. Das hierarquias militares mais altas, o general Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929) que foi comandante da 1.^a divisão do C.E.P., o comandante da 6.^a brigada de infantaria tenente-coronel Alexandre Malheiro (1870-1948) e o tenente-coronel Eduardo Pimenta (1865-1922) dos Serviços de Saúde.

Aos quais se juntam o capitão-médico Jaime Cortesão (1884-1960), o tenente Pina de Moraes (1889-1953) e os capitães Augusto Casimiro (1889-1967) e Barata da Rocha (1891-1956), que entre si figuram frequentemente como alvos de dedicatórias nos seus escritos. Carlos Selvagem (1890-1973), não obstante ter participado na 3.^a expedição a Moçambique em 1916, era bem conhecido deste núcleo pela sua formação e carreira no Exército Português, inclusive pela amizade com o major André Brun, o célebre cronista d’ *A Malta das Trincheiras* (1918).

O jornalista Adelino Mendes (1878-1963) colaborava nos principais periódicos portugueses à data e tinha sido redator no *República*, fundado e dirigido por António José de Almeida, líder do Partido Republicano Evolucionista que, tal como o Partido Democrático, defendera desde o início a política intervencionista na frente europeia. José de Macedo (1876-1948) era então professor de Ciência Económica na Escola de Construções de Lisboa e apresentava-se como autor de referência nos estudos económicos e coloniais. Por seu lado, o visconde de Vila Moura (1877-1935) firmara os seus créditos como

intelectual nos augúrios do regime republicano, assumindo-se entre os principais escritores decadentistas com o polémico *Nova Safo* (1912).

O ilustre filósofo e professor Basílio Teles (1856-1923) era por demais conhecido no meio portuense e influente nos círculos culturais um pouco por todo o país, altamente categorizado entre os elementos do novo regime político português, tendo dado à estampa vários opúsculos e artigos de opinião sobre a Grande Guerra desde a sua eclosão. Já o clínico Alberto Amado (1898-1963), diplomado na Escola Médico-Cirúrgica da capital e doutorado pela Universidade da Pensilvânia, deveu à sua passagem pelos Estados Unidos da América um conhecimento *in loco* e excecional da sua realidade e gente que transpôs em *Vida Americana*.

Deveras evidente é a associação de vários destes nomes à própria “Renascença Portuguesa” e ao núcleo dos seus principais ideários, liderado por Jaime Cortesão, um dos seus sócios fundadores e dos grandes contribuidores para a sua coleção literária, não obstante o seu gradual afastamento desde 1919 com a partida para a capital ao aceitar o convite da direção da Biblioteca Nacional.³⁴ Idêntico papel primordial teve Augusto Casimiro, com entradas n’ *A Águia* e três monografias já anteriormente assinadas nestas edições, bem como o visconde de Vila Moura assíduo colaborador nas atividades culturais e literárias do movimento.³⁵

E até Carlos Selvagem e Pina de Moraes não eram nele desconhecidos, porque ambos se tinham estreado nas lides literárias através da biblioteca “renascente” aproximadamente dois anos antes.³⁶ Sem se olvidar todo o contexto portuense em que o mesmo se fomentou, estabelecendo conexões vitais com os seus habitantes, vivendo igualmente na cidade Alexandre Malheiro, Eduardo Pimenta que fora professor na Universidade do Porto e Barata da Rocha que nela se licenciara, sendo o primeiro presidente do núcleo local da Liga dos Combatentes.

Uma figura quase omnipresente mostra até a posterior comunhão da “Renascença Portuguesa” com a 1.^a Faculdade de Letras do Porto, particularmente nas edições da década de 1920, radicada na do seu professor Hernâni Cidade. Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Alexandre Malheiro e Barata da Rocha todos incluem nos seus agradecimentos o capitão de

artilharia e prisioneiro de guerra dos alemães, que com Carlos Selvagem viria a ser coautor dos primeiros sete volumes da *Cultura Portuguesa*. Já Pina de Moraes chegaria a frequentar no estabelecimento educativo o curso de Ciências Filosóficas (1920-1924), tal como mais alguns antigos combatentes do C.E.P., perseverando na amizade com o seu antigo colega de estudos Leonardo Coimbra.

Assim, aparenta-se, com base nestes perfis sócio literários, a criação de uma rede de interdependências pessoais entre todos estes nomes no quadro da “Renascença Portuguesa”, que justificam a inclusão das suas obras no catálogo editorial dedicado às reminiscências da Grande Guerra. Aliás, subscrevendo uma característica mutualista que o próprio movimento portuense sempre promoveu no seu seio, patrocinando e valorizando personalidades de diferentes quadrantes, que pelos seus contributos fomentassem a modernização cultural e cívica portuguesa.

Não podem, portanto, ser negadas estas relações de forte convivência e de amizade como um fator preferencial na seleção destes treze escritores e dos seus textos originais para publicação. Isto suscitando uma suposição viável e preeminente de os “renascentes” por esta postura favorecerem uma estrutura de cooperação e de solidariedade, facultando por este meio um duplo processo de os auxiliar na adaptação à nova realidade das suas vidas e de catarse dos traumas de guerra. Muito mais haveria a apontar sobre o entrosamento das histórias de vida de todas estas personalidades, particularmente nos seus elos interpessoais em torno de Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra, como o facto de pelas suas ligações políticas encontrarmos parte destes nomes entre os envolvidos na primeira revolta reviralhista, em fevereiro de 1927 na cidade do Porto, contra o recém-instalado regime ditatorial militar!

IV. Considerações finais

Depois...

Findou a guerra. Descansou a Morte.

Fatigou-se, talvez de nos matar...

E nem eu sei quem teve melhor sorte:

- *Fômos nós, ou quem ela quis levar?...*

Nós que sonhámos uma Pátria forte

E tão triste a viemos encontrar!

Sem um grito de amor que nos conforte!

- *Culpados de na Raça acreditar?...*

Alfredo Barata da Rocha – Névoa da Flandres ³⁷

A “Biblioteca da Renascença Portuguesa” fez história no universo literário nacional do século XX ao ser a primeira editora a dar à estampa obras sobre a Grande Guerra, nomeadamente a primeira de um expedicionário com *Nas Trincheiras da Flandres (1917)* de Augusto Casimiro, que tanto pelo seu número como pela sua diversidade de escritas continuam por explorar e avaliar no seu conjunto...

Em termos de géneros literários balizou, é certo, a prevalência dos registos memorialísticos dos confrontos bélicos – Alexandre Malheiro, Pina de Moraes, Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Eduardo Pimenta, Carlos Selvagem, Gomes da Costa e Barata da Rocha – cujos doze títulos representam bem uma tendência que se vulgarizou na Europa do pós-guerra: a da preservação da memória de um cataclismo que revelara a face mais negra da Humanidade. Destes contabilizam-se dez crónicas, narrativas e ensaios, uma peça de teatro e um outro volume de poesia todos de feição autobiográficos e focados numa dimensão europeia, resguardando-se unicamente a visão africana de Carlos Selvagem, sobrepondo-se à expressão dos restantes com duas crónicas jornalísticas e dois ensaios económico-militares e a singular novela e opúsculo publicitário.

Em estreita correlação com os acontecimentos da Grande Guerra e da 1.^a República Portuguesa, o programa editorial “renascente” pode-se caracterizar nas mencionadas três fases, revelando toda uma série de preocupações e de objetivos concretos quanto ao despertar da consciência nacional e das transfigurações dos princípios cívicos para a sociedade nacional. A primeira fase dos anos de 1916 e 1917 – *Pela Pátria - Cartilha do Povo, O conflito Internacional sob o ponto de vista português* e *Cartas da Guerra* – com um cunho essencialmente propagandística informando do dever patriótico de uma política

intervencionista e da defesa das colónias africanas, entre outros e variados motivos para a entrada do país na guerra junto dos Aliados, até à partida e integração do C.E.P. na frente ocidental.

Uma segunda fase, em 1918, com um alarme generalizado face ao menosprezo do Sidonismo quanto à política militar e diplomática externa - *Nas Trincheiras da Flandres*, *Vida Americana* e *O Flagello dos Mares* – criticando abertamente a posição diplomática, o desprezo pelo cumprimento dos deveres internacionais e a negligência com que se tratavam os assuntos e pedidos do C.E.P.; apartando a nação do conjunto dos países demoliberaes em luta contra o autocracia dos Impérios Centrais. Ao mesmo tempo, mostrando todos os potenciais riscos político-económicos para a sua afirmação além-fronteiras e de retirar um sentido pragmático aos sacrifícios exigidos internamente.

No imediato pós- Grande Guerra de 1919 a 1924, aquela que se pode considerar uma terceira fase com o resgatar das reminiscências nacionais dos combatentes e dos civis, aparentemente abreviando os tempos entre a entrega dos manuscritos e a sua publicação para entrada no mercado livreiro, de modo a prestar a sua reverência aos combatentes. Por exemplo, o grande volume de edições no primeiro desses anos – *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg*, *O Amor na Base do C.E.P.*, *Ao Parapeito*, *Memórias da Grande Guerra*, *A Ferro e Fogo na Grande Guerra* e *Tropa d'África* – terá ajudado a digladiar contra uma certa indiferença da sociedade nacional no regresso dos soldados expedicionários europeus e africanos, minorando os seus sentimentos individuais de malogro na defesa da Pátria.

Desígnio que se manteve nos quatro anos seguintes – *Calvários da Flandres*, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra*, *O Soldado-Saudade na Guerra-Grande*, *Por via da Guerra*, *Pão Vermelho* e *Névoa da Flandres* – perdendo algum fulgor perante outros caminhos da “Renascença Portuguesa” e talvez do menor potencial de mercado que estes livros começavam a arcar, com a concorrência de outras editoras que tinham também avançado com convites a parte destes autores e a outras personalidades para lançamento de monografias dentro deste segmento literário. Sem esquecer a própria conjuntura política com a queda do regime republicano e a ascensão da Ditadura Militar, onde os militares chegados ao poder sujeitaram estas memórias da guerra mundial a um certo

branqueamento do passado, que não fosse desprestigiante para a própria instituição e prejudicasse a sua credibilidade junto da opinião pública.

Situação que parece secundar o panorama do sucesso editorial que muitos destes livros da “Renascença Portugal” tiveram em termos de vendas com várias tiragens sucessivas, concentrados neste friso cronológico dos últimos anos da 1.^a República.³⁸ O maior dos quais com *Nas Trincheiras da Flandres* com segunda e terceira edição em 1918 e uma quarta no ano seguinte, as segundas edições de *Vida Americana* e *Ao Parapeito* em 1919 e de *Tropa d'África* em 1920. Estes dois últimos seriam posteriormente readquiridos por outras editoras e relançados entre 1924-1925, o mesmo se sucedendo com *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg*, *Memórias da Grande Guerra* e *A grande batalha do C. E. P.*. A obra de Pina de Moraes teve inclusive repercussão internacional com a tradução francesa *Au Créneau*, depois de rasgados elogios de Philéas Lebesgue no *Mercure de France*, correspondente em Paris d'*A Águia*, equiparando-o aos melhores livros lançados sobre a Grande Guerra.

O legado editorial da “Renascença Portuguesa” sobre a temática da primeira guerra mundial condensa assim um duplo valor literário e histórico na preservação destas reminiscências biográficas e memorialísticas. Culturalmente por terem dinamizado precocemente um género literário que se impôs entre as guerras um pouco por toda a Europa, dando protagonismo a uma nova geração de escritores e intelectuais emergentes e à exploração de diferentes modalidades textuais. Civicamente por apresentarem obras de uma leitura tendencialmente coloquial e revivalista, fundamental para abrangerem uma população com altos índices de literacia, agitando a consciência portuguesa para os desafios, heroísmo e tragédia da conflagração. Historicamente por reunirem no seu conjunto os relatos dos antigos expedicionários, séries de fotografias e desenhos, mapas de alto valor documental, que na sua dimensão espaço-temporal permitem traçar roteiros geográficos das movimentações do C.E.P. na frente ocidental.

Analogamente, pelo inegável conhecimento destas experiências individuais e dos testemunhos críticos de homens que foram tocados, de forma mais ou menos direta pelo conflito bélico mundial, que passado um século continuam a ser capitais para a

compreensão do contexto do Portugal de 1914-1918 nas vicissitudes, nos anseios, nos ideais e patriotismo das suas gentes. Ao abrir novos horizontes para o exercício crítico da dúbia memória humana, estas edições literárias da “Renascença Portuguesa” de 1916-1924 merecem certamente estudos mais profundos, que parecem começar a despontar no âmbito das comemorações do centenário da Grande Guerra e nele não se deveriam vir a esgotar...

Bibliografia

Albuquerque, Mouzinho de / Augusto Casimiro (1916), *Nas trincheiras (fortificação e combate)*, Porto, Tipografia da Renascença Portuguesa.

Amado, Alberto (1918), *Vida Americana*, Porto, Renascença Portuguesa [1919].

Araújo, Francisco Miguel (2008), *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (re)criação à revolução*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

– – (2013), “Impressões jornalísticas sobre o Porto na Grande Guerra”, *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações – atas*, Porto, CITCEM.

Casimiro, Augusto (1918), *Nas Trincheiras da Flandres (1917)*, Porto, Renascença Portuguesa [1919].

– – (1920), *Calvários da Flandres (1918)*, Porto/Rio de Janeiro, Renascença Portuguesa/Luso-Brasileira.

– – (2014), *Nas Trincheiras da Flandres 1917*, Lisboa, Quartzô Editora/Direcção de História e Cultura Militar.

Cortesão, Jaime (1916), *Pela Pátria – Cartilha do Povo – 1.º encontro Portugal e a Guerra*, Porto, Renascença Portuguesa.

– – (1919), *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Porto, Renascença Portuguesa.

– – (1969), *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa, Portugália Editora.

Costa, Gomes da (1920), *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys, 9 de Abril de 1918*, Porto/Rio de Janeiro, Renascença Portuguesa/Luso-Brasileira.

– – (1931), *A grande batalha do C. E. P. (A Batalha do Lys) 9 de Abril de 1918*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.

Gomes, Pinharanda J. (1984), *A “Renascença Portuguesa” - Teixeira Rêgo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1938-1988).

Leal, Ernesto Castro (2010/2011), “Memórias da Grande Guerra (1914-1918) na ‘Renascença Portuguesa’”, *Revista Cogitationes*, vol. I, n.º 3, 4-18.

Macedo, José de (1916), *O conflito Internacional sob o ponto de vista português (estudo político e económico)*, Porto, Renascença Portuguesa.

Malheiro, Alexandre (1919a), *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg. (notas dum prisioneiro)*, Porto, Renascença Portuguesa.

– – (1919b), *O Amor na Base do C.E.P.*, Porto, Renascença Portuguesa.

– – (1923), *Por via da Guerra (contos)*, Porto, Renascença Portuguesa.

– – (1925), *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg. (notas dum prisioneiro)*, Lisboa, Fernandes & Ca.

Mendes, Adelino (1917), *Cartas da Guerra (com o Exército Inglês)*, Porto, Renascença Portuguesa.

Morais, Pina de (1919), *Ao Parapeito*, Porto, Renascença Portuguesa [1919].

– – (1921), *O Soldado-Saudade na Guerra-Grande*, Porto/Rio de Janeiro, Renascença Portuguesa/Annuario do Brasil.

– – (1924), *Ao Parapeito*, Porto, Maranus.

– – (1930), *Au créneau*, trad. Lúcia Pina de Moraes, Paris, Librairie Valois.

– – (2010), *Ao Parapeito*, Vila Real, Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal [fac-simile da 2.^a edição].

Pimenta, Eduardo (1919), *A Ferro e Fogo na Grande Guerra (1917-1918)*, Porto, Renascença Portuguesa.

Ramos, Luís de Oliveira (dir.) (1994), *História do Porto*, Porto, Porto Editora.

Rocha, Alfredo Barata da (1924), *Névoa da Flandres (versos)*, Porto, Renascença Portuguesa.

Samuel, Paulo (1990), *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.

Santos, Alfredo Ribeiro dos (1990), *A Renascença Portuguesa – um movimento cultural portuense*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.

Selvagem, Carlos (1919), *Tropa d'África*, Porto, Renascença Portuguesa [1920].

– – (1924), *Tropa d'África: jornal de campanha dum voluntário do Niassa*, Lisboa-Paris, Aillaud e Bertand [1925].

Teles, Basílio (1918), *O Flagello dos Mares (cartas)*, Porto, Renascença Portuguesa.

Traverso, Enzo (2012), *O passado, modos de usar*, Lisboa, UNIPOP.

Vila Moura, visconde de [Bento de Carvalho Lobo] (1923), *Pão Vermelho – Sombras da Grande Guerra (novela mensal – Janeiro de 1924)*, Porto, Renascença Portuguesa.

Francisco Miguel Araújo é licenciado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto encontro-me a terminar a dissertação de mestrado com o tema “Novas Formas de Realismo no Romance Português Contemporâneo: Maria Gabriela Llansol ou os limites do Real” para obtenção do grau de Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes – Estudos Comparatistas e Relações Interculturais. Os meus interesses de investigação centram-se predominantemente nos domínios da Literatura Comparada, Teoria Pós-colonial, Poéticas Contemporâneas, Estudos Interartísticos e Intersemióticos, Teoria Estética e Representações das Migrações e Exílios na literatura e nas artes visuais.

NOTAS

¹ Vila Moura 1923: 26-27.

² Numa estimativa aproximada, entre 1912 e 1933, foram publicados mais de duzentos títulos de diferentes géneros na sua colecção.

³ Num artigo recente de Ernesto Castro Leal sobre as memórias da Grande Guerra, mesmo ressaltando-se a seleção de uma amostra representativa de obras memorialísticas na “Renascença Portuguesa”, são vários os títulos e autores que ficaram sem qualquer menção na sua bibliografia. Vd. Leal 2010/11:16-18.

⁴ *Apud* Gomes 1984: 18.

⁵ Vd. Santos 1990.

⁶ Tanto os termos “renascentes” como “renascentistas” são comumente utilizados como designação genérica dos sócios e colaboradores do movimento da “Renascença Portuguesa”, ainda que o primeiro levante menos dúvidas na associação direta à agremiação cultural.

⁷ Vd. Araújo 2008: 49-92.

⁸ No mês de março de 1918 na sua sede, sito na rua Mártires da Liberdade no Porto, seria inaugurada ainda a sua própria livraria para exposição e venda do seu espólio literário com um salão de exposições para mostras artísticas e eventos culturais e científicos.

⁹ Vd. *idem* 2013.

¹⁰ Esta agremiação propunha-se a preparar os seus associados ou filhos em idade militar nas matérias teórico-práticas de instrução militar preparatória – ginástica, tiro, esgrima, topografia, fortificações, etc. – para uma eventual chamada militar portuguesa na linha de combate europeia.

¹¹ Exclusivamente numa única contracapa surge uma relação com a nomenclatura “Obras sôbre a Guerra Grande publicadas pela Renascença Portuguesa”, pela qual foi possível iniciar a investigação dos títulos relativos a esta temática. Vd. Casimiro 1920.

¹² O estigma criado entre as comunidades universitárias e intelectuais na vivência desta instituição universitária portuense, muito pelos convites feitos para ingresso no magistério em parte por motivos pessoais e políticos em torno de Leonardo Coimbra, foi sublinhado pela desconfiança política que essa mesma experiência republicana levantou junto da Ditadura Militar e determinou o seu encerramento.

¹³ Aponte-se os casos posteriores e radicados numa sucessão magistral do movimento portuense, com um destaque mais tímido, da revista *Portucale* (1928-1966), do movimento e também periódico *Nova Renascença* (1980-1999) e da *Nova Águia: revista de cultura para o século XXI* (d. 2008).

¹⁴ Casimiro 1918: 254.

¹⁵ Vd. Cortesão 1916: 32 pp. Embora o título não conste da mencionada relação, provavelmente por se ter tratado de uma encomenda externa, considerando o autor e a editora a mesma deverá ser incluída nesta análise, cf. *infra* nota 10.

¹⁶ Vd. Macedo 1916: 443 pp.

¹⁷ Vd. Mendes 1917: 338 pp.

¹⁸ Vd. Casimiro 1918: 274 pp. [reedições em 1918 (duas), 1919 e 2014].

¹⁹ Vd. Amado 1918: 219 pp. [reedições em 1918 e 1919].

²⁰ Vd. Teles 1918: 314 pp.

²¹ Vd. Malheiro 1919a: 410 pp. [reedição em 1925].

²² Vd. Morais 1919: 146 pp. [reedições em 1919, 1924 e 2010].

²³ Vd. Cortesão 1919: 247 pp. [reedição em 1969].

²⁴ Vd. Malheiro 1919b: 158 pp.

²⁵ Vd. Pimenta 1919: 132 pp.

²⁶ Vd. Selvagem 1919: 332 pp. [reedições em 1920, 1924 e 1925].

²⁷ Vd. Casimiro 1920: 213 pp.

²⁸ Vd. Costa 1920: 256 pp.

²⁹ Vd. Morais 1921: 157.

³⁰ Vd. Malheiro 1923: 125.

³¹ Vd. Vila Moura 1923: 62.

³² Vd. Rocha 1924: 134.

³³ Morais 1919: 83.

³⁴ Entre 1912 e 1922 são dez os seus livros publicados pela editora “renascente”, a par de diretor da revista *A Vida Portuguesa*, como as prosas *A sinfonia da tarde* (1912), ... *Daquem e dalem Morte* (1913), *Glória humilde* (1914) e *Itália Azul* (1922) ou os dramas *O Infante de Sagres* (1917) e *Egas Moniz* (1918), etc.

³⁵ Augusto Casimiro publicara aí *A Primeira Nau* (1912), *Á Catalunha* (1914) e *Primavera de Deus* (1915). O visconde de Vila Moura apresenta vinte e um títulos patenteados pela “Renascença Portuguesa” entre 1913 a 1926, como a sua coleção de novelas mensais de 1924 e *Camilo inédito* (1913), *Boémios* (1914), *António Nobre: seu génio e sua obra* (1915), *Os últimos* (1918), ou *O poeta da ausência* (1926), entre outros.

³⁶ Pina de Morais tinha assinado primeiramente *Ânfora partida* (1917) e Carlos Selvagem *Entre giestas* (1918), publicando-se mais tarde *A paixão do maestro* (1922) e *Ninho d'águas* (1920), respetivamente.

³⁷ Rocha 1924: 133.

³⁸ Elucide-se que durante a estadia de António Sérgio e Álvaro Pinto no Rio de Janeiro, em 1919, a “Renascença Portuguesa” patrocinou a criação da sociedade editora “Luso-Brasileira”, num plano alargado de cooperação cultural, como sua representante geral para o Brasil. Decorridos dois anos, com o afastamento do primeiro do movimento em prol da “Seara Nova”, a mesma passará à designação de “Anuário do Brasil”, figurando ambas como editoras conjuntas de algumas destas obras “renascentes”.